

STJ00097533

Nelson Nery Junior

TEORIA GERAL DOS
RECURSOS

7.^a edição
revista e atualizada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097533

Nelson Nery Junior

TEORIA GERAL DOS
RECURSOS

7.^a edição
revista e atualizada



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097533

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

7.ª edição revista e atualizada

NELSON NERY JUNIOR

1.ª edição: 1990 – 2.ª edição: 1993 – 3.ª edição: 1996 – 4.ª edição: 1997 – 5.ª edição: 2000, com o título *Princípios fundamentais – Teoria geral dos recursos* – 6.ª edição: 2004, com o título *Teoria geral dos recursos*.



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [01-2014]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [06.01.2013]



ISBN 978-85-203-4281-7

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO DA SÉTIMA EDIÇÃO.....	7
PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO.....	9
PREFÁCIO DA QUINTA EDIÇÃO.....	11
PREFÁCIO DA QUARTA EDIÇÃO.....	13
PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO.....	15
PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO.....	17
ABREVIATURAS.....	25
1. INTRODUÇÃO.....	37
1.1 Delimitação do tema.....	37
1.2 Metodologia utilizada.....	38
2. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS CIVIS.....	41
2.1 Norma, princípio, regra, garantia, direito.....	42
2.1.1 Considerações gerais.....	42
2.1.2 Direitos fundamentais.....	42
2.1.2.1 Direitos fundamentais na obra de Robert Alexy.....	42
2.1.3 Norma.....	43
2.1.3.1 Teoria estruturante de Müller.....	43
2.1.3.2 Distinção entre texto e norma.....	44
2.1.4 Princípios.....	46

2.1.4.1	Princípios na obra de Robert Alexy	46
2.1.4.2	Princípios na obra de Ronald Dworkin	46
2.1.4.3	Distinção entre princípios e regras na obra de Ronald Dworkin.....	47
2.1.4.4	Distinção entre princípios e regras na obra de Luis Virgílio Afonso da Silva	48
2.1.4.5	Princípios na visão de Lenio Luiz Streck.....	48
2.1.4.6	Princípios e regras na obra de Canotilho	49
2.1.4.7	Princípios na obra de Josef Esser.....	51
2.1.5	Nota conclusiva.....	55
2.2	Generalidades	56
2.3	Princípio do duplo grau de jurisdição	58
2.4	Princípio da taxatividade	67
2.4.1	Generalidades.....	67
2.4.2	A enumeração dos recursos no CPC.....	67
2.4.3	Os recursos existentes fora do sistema do CPC	73
2.4.3.1	Supremo Tribunal Federal: embargos infringentes em ações de competência originária e em recurso ordinário (RISTF 333)	74
2.4.3.2	Supremo Tribunal Federal: recursos na ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) e na ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	77
2.4.3.2.1	Recurso de terceiro prejudicado	78
2.4.3.2.2	Indeferimento da petição inicial (LADIn 4.º, 12-C e 15).....	78
2.4.3.2.3	Admissão do <i>amicus curiae</i> no processo da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn)	84
2.4.3.2.4	Decisões interlocutórias.....	86
2.4.3.2.5	Decisão final.....	87
2.4.3.2.6	Recursos no controle incidental da constitucionalidade (prejudicial de inconstitucionalidade)	89
2.4.4	Os sucedâneos dos recursos.....	90
2.4.4.1	Remessa obrigatória.....	91
2.4.4.2	Correição parcial	99
2.4.4.3	Pedido de reconsideração	102
2.4.4.4	Arguição de relevância da questão federal no recurso extraordinário.....	109

2.4.4.5	Ações autônomas de impugnação	117
2.4.4.6	Incidentes no processo	117
2.5	Princípio da singularidade	128
2.6	Princípio da fungibilidade.....	148
2.6.1	O art. 810 do Código de Processo Civil de 1939	149
2.6.2	Requisitos para a incidência do princípio da fungibilidade no direito vigente	152
2.6.2.1	Dúvida objetiva sobre qual o recurso cabível. Algumas hipóteses.....	153
2.6.2.2	Inexistência de erro grosseiro.....	167
2.6.2.3	Irrelevância do prazo do recurso próprio (ou prazo “menor”).....	172
2.6.2.4	Procedimento da fungibilidade	175
2.6.2.5	Conclusão.....	175
2.7	Princípio da dialeticidade	179
2.8	Princípio da voluntariedade.....	181
2.9	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	182
2.10	Princípio da complementaridade.....	183
2.11	Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	184
2.12	Princípio da consumação.....	191
3.	ADMISSIBILIDADE, EFEITOS E COISA JULGADA	197
3.1	Conceito de recurso	198
3.2	Natureza jurídica do recurso.....	208
3.2.1	Recurso como ação constitutiva autônoma.....	208
3.2.1.1	A tese de Betti	209
3.2.1.2	A tese de Gilles	210
3.2.2	Recurso como modalidade do direito de ação.....	213
3.2.2.1	A tese de Rocco.....	213
3.2.3	O recurso e a ação autônoma de impugnação: características e diferenças	214
3.2.4	Conclusão.....	223
3.3	Atos processuais sujeitos a recurso	224
3.3.1	Atos do juiz de primeiro grau	229
3.3.2	Atos proferidos nos tribunais.....	229
3.3.3	Distinção entre <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i>	235
3.4	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	239

3.4.1	Os requisitos de admissibilidade dos recursos.....	265
3.4.1.1	Cabimento do recurso	267
3.4.1.2	Legitimidade para recorrer	295
3.4.1.3	Interesse em recorrer	300
3.4.1.4	Tempestividade.....	319
3.4.1.5	Regularidade formal	348
3.4.1.6	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer	366
3.4.1.7	Preparo	389
3.4.1.8	Repercussão geral como requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário	392
3.4.1.9	Repercussão geral e recursos repetitivos	399
3.5	Efeitos dos recursos	400
3.5.1	Efeito devolutivo	401
3.5.1.1	Apelação	405
3.5.1.2	Agravo	412
3.5.1.3	Embargos de declaração	414
3.5.1.4	Embargos infringentes.....	418
3.5.1.5	Recurso especial	421
3.5.1.6	Recurso ordinário constitucional	425
3.5.1.7	Recurso extraordinário	425
3.5.1.8	Embargos de divergência.....	426
3.5.2	Efeito suspensivo.....	427
3.5.2.1	Recursos que têm efeito suspensivo	429
3.5.2.2	Impugnação parcial e efeito suspensivo	434
3.5.2.3	Concessão <i>ex officio</i> do efeito suspensivo.....	436
3.5.2.4	Medida cautelar na fase recursal.....	437
3.5.2.5	Sentença que julga ações conexas	439
3.5.2.6	Rejeição liminar dos embargos do devedor	444
3.5.2.7	Sentença e cassação da liminar.....	445
3.5.2.7.1	Liminar impugnada e sentença irrecorrida	447
3.5.2.8	Mandado de segurança para dar efeito suspensivo a recurso que não o tem	449
3.5.2.9	Medida cautelar para sustar os efeitos de decisão judicial recorrível.....	452
3.5.2.10	Efeito suspensivo a requerimento da parte.....	454

3.5.2.11	Sentença que confirma a antecipação da tutela	455
3.5.3	Efeito expansivo	456
3.5.4	Efeito translativo	460
3.5.5	Efeito substitutivo	466
3.6	Tutela antecipada no procedimento recursal	467
3.7	Direito intertemporal dos recursos	469
3.7.1	O regime jurídico dos RE e REsp retidos (CPC 542 § 3.º)	471
3.8	A polêmica sobre a relativização (<i>desconsideração</i>) da coisa julgada e o Estado Democrático de Direito	475
3.8.1	Coisa julgada. Conceito	475
3.8.2	Coisa julgada. Finalidade central do processo	476
3.8.3	Coisa julgada. Efeitos	476
3.8.4	Coisa julgada. Efeito substitutivo.....	477
3.8.5	Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz	477
3.8.6	Coisa julgada. Requisitos	478
3.8.7	Coisa julgada material e condições da ação	478
3.8.8	Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada.....	479
3.8.9	Ações idênticas pendentes. Coisa julgada superveniente	479
3.8.10	Relativização (<i>desconsideração</i>) da coisa julgada	480
3.8.11	Coisa julgada material e Estado Democrático de Direito	481
3.8.12	Validade e eficácia da sentença. Independência da sua justiça....	482
3.8.13	Controle da constitucionalidade da sentença. Coisa julgada inconstitucional	482
3.8.14	Desconsideração da coisa julgada e Estado Democrático de Direito	483
3.8.15	Relativização da coisa julgada e nazismo	484
3.8.16	Segurança jurídica e coisa julgada.....	484
3.8.17	Segurança jurídica, coisa julgada e justiça da sentença	485
3.8.18	Abrandamento legal (autorizado) da coisa julgada: ação rescisória, revisão criminal e coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	485
3.8.19	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Ação rescisória. Exigência de previsão legal expressa e prévia ...	486
3.8.20	Ação rescisória. Ofensa a literal disposição de lei (CPC 485 V) .	487
3.8.21	Coisa julgada inconstitucional e ação rescisória. Controle da constitucionalidade das decisões judiciais	487
3.8.22	Violação da Constituição Federal.....	488

3.8.23	Impugnação ao cumprimento de sentença (CPC 475-L).....	488
3.8.24	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Revisão criminal. Exigência de previsão legal expressa e prévia.	489
3.8.25	Coisa julgada e investigação de paternidade julgada improcedente	489
3.8.26	Investigação de paternidade, prova e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	490
3.8.27	A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	491
3.8.28	Coisa julgada e desapropriação. Ação rescisória	491
3.8.29	Desapropriação. Condenação em dinheiro	492
3.8.30	Coisa julgada e desapropriação. Justiça da sentença	492
3.8.31	Coisa julgada e processo fraudulento.....	493
3.8.32	Desapropriação e conluio	493
3.8.33	Intangibilidade da coisa julgada. Pressuposto processual negativo (CPC 267 V)	493
3.8.34	Responsabilidade da doutrina	494
3.8.35	Conclusão: a) estado do problema <i>de lege lata</i> e b) sugestão <i>de lege ferenda</i>	494
3.9	Recursos repetitivos.....	495
4.	BIBLIOGRAFIA.....	501
5.	ÍNDICE DA JURISPRUDÊNCIA CITADA.....	553
6.	ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO CITADA	575
7.	ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	597
8.	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	619
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	671